

STJ00109641



Renato Brasileiro de Lima

Nova Lei de
ABUSO de
AUTORIDADE

2020

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA BIBLIOTECA M. OSCAR SARAIVA	
Nº	DATA
117541	11/05/20

843.353(21)1009
L732n



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3045.9051

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Ana Caquetti

117541

L732n Lima, Renato Brasileiro de.
Nova Lei de Abuso de Autoridade / Renato Brasileiro de Lima – Salvador:
Editora JusPodivm, 2020.
368 p.

Bibliografia.
ISBN 978-85-442-3200-2.

1. Abuso de autoridade. 2. Direito Penal. I. Lima, Renato Brasileiro de. II. Título.

CDD 341.55173

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

ABUSO DE AUTORIDADE	23
1. Noções introdutórias acerca da origem da nova Lei de Abuso de Autoridade.....	23
2. Bem jurídico tutelado.....	27
3. Âmbito de incidência da nova Lei de Abuso de Autoridade.....	27
4. Tipo subjetivo dos crimes de abuso de autoridade: elemento subjetivo geral + elemento subjetivo especial do tipo.....	28
4.1. (In) compatibilidade do elemento subjetivo especial do injusto com o dolo eventual	36
5. Vedação do crime de hermenêutica.....	37
6. Sujeito ativo dos crimes de abuso de autoridade.....	42
6.1. Concurso de agentes com particulares (<i>extraneus</i>).....	46
7. Sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade.....	47
8. Competência para o processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade.....	48
9. Ação penal nos crimes de abuso de autoridade.....	51
9.1. Ação penal pública incondicionada como regra geral.....	51
9.2. Ação penal privada subsidiária da pública	52
9.2.1. Atribuições do Ministério Público na ação penal privada subsidiária da pública	55
9.3. Prazo para o exercício da ação penal privada subsidiária da pública (decadência imprópria).....	56
10. Efeitos extrapenais decorrentes da sentença penal condenatória	58
10.1. Obrigação de reparar o dano causado pelo delito.....	59
10.2. Inabilitação para o exercício do cargo, mandato ou função pública	63

10.3.	Perda do cargo, do mandato ou da função pública.....	64
10.4.	Pressupostos para a aplicação dos efeitos dos incisos II e III do art. 4º da Lei n. 13.869/19	65
11.	Substituição das penas privativas de liberdade por restritivas de direitos	67
11.1.	Espécies de penas restritivas de direitos passíveis de aplicação em relação aos crimes de abuso de autoridade.....	68
11.2.	Possibilidade de aplicação das penas restritivas de direitos de maneira autônoma ou cumulativa	71
12.	Ilicitude penal, cível e administrativa	71
12.1.	Dever de comunicação de faltas funcionais à autoridade competente	73
13.	Efeitos civis da absolvição penal	74
13.1.	Efeitos civis de absolvição penal com fundamento nas excluídas de ilicitude.....	79
14.	Decretação de medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais	79
14.1.	Rejeição do veto presidencial pelo Congresso Nacional.....	79
14.2.	Direito intertemporal.	80
14.3.	Bem jurídico tutelado.....	81
14.4.	Sujeitos do crime.....	81
14.5.	Tipo objetivo.....	82
14.6.	Tipo subjetivo	86
14.7.	Consumação e tentativa.....	87
14.8.	Classificação doutrinária.....	87
14.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	88
15.	Não relaxamento da prisão manifestamente ilegal	90
15.1.	Direito intertemporal	90
15.2.	Noções gerais acerca do relaxamento da prisão ilegal	90
15.3.	Bem jurídico tutelado.....	93
15.4.	Sujeitos do crime.....	93
15.5.	Tipo objetivo.....	93
15.6.	Tipo subjetivo	94
15.7.	Consumação e tentativa.....	94
15.8.	Classificação doutrinária	95

15.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	95
15.10. Não realização da audiência de custódia (ou de apresentação) ...	95
16. Não substituição da prisão preventiva por medida cautelar diversa ou não concessão de liberdade provisória, quando manifestamente cabível.....	102
16.1. Direito intertemporal	102
16.2. Noções gerais acerca da liberdade provisória e das medidas cautelares diversas da prisão	103
16.3. Bem jurídico tutelado.....	105
16.4. Sujeitos do crime.....	105
16.5. Tipo objetivo.....	105
16.6. Tipo subjetivo.....	105
16.7. Consumação e tentativa.....	105
16.8. Classificação doutrinária	105
16.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	105
17. Não deferimento de liminar ou de ordem de habeas corpus, quando manifestamente cabível.....	106
17.1. Direito intertemporal	106
17.2. Bem jurídico tutelado.....	106
17.3. Sujeitos do crime.....	106
17.4. Tipo objetivo.....	107
17.5. Tipo subjetivo.....	109
17.6. Consumação e tentativa.....	109
17.7. Classificação doutrinária	109
17.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	109
18. Decretação de condução coercitiva de testemunha ou investigado manifestamente descabida ou sem prévia intimação de comparecimento ao juízo.....	110
18.1. Direito intertemporal	110
18.2. Noções gerais acerca da condução coercitiva.....	110
18.3. Bem jurídico tutelado.....	115
18.4. Sujeitos do crime.....	115

18.5.	Tipo objetivo.....	116
18.6.	Tipo subjetivo.....	120
18.7.	Consumação e tentativa.....	120
18.8.	Classificação doutrinária	120
18.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	120
19.	Execução de captura de pessoa que não esteja em situação de flagrante delito ou sem ordem escrita da autoridade judiciária competente.....	121
20.	Omissão quanto à comunicação da prisão em flagrante à autoridade judiciária no prazo legal.....	122
20.1.	Direito intertemporal	122
20.2.	Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da prisão ao Juiz competente.....	122
20.3.	Bem jurídico tutelado.....	125
20.4.	Sujeitos do crime.....	125
20.5.	Tipo objetivo.....	126
20.6.	Tipo subjetivo.....	128
20.7.	Consumação e tentativa.....	129
20.8.	Classificação doutrinária	129
20.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal	129
21.	Omissão quanto à comunicação imediata da execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou.....	130
21.1.	Direito intertemporal	130
21.2.	Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da execução de prisão temporária ou preventiva à autoridade judiciária que a decretou	130
21.3.	Bem jurídico tutelado.....	132
21.4.	Sujeitos do crime.....	132
21.5.	Tipo objetivo.....	133
21.6.	Tipo subjetivo.....	134
21.7.	Consumação e tentativa.....	134
21.8.	Classificação doutrinária	134
22.	Omissão quanto à comunicação imediata da prisão de qualquer pessoa e do local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ela indicada.....	134

22.1.	Direito intertemporal	134
22.2.	Noções gerais acerca do dever de comunicação imediata da prisão de qualquer pessoa e do local onde se encontra à sua família ou à pessoa por ele indicada.....	135
22.3.	Bem jurídico tutelado.....	136
22.4.	Sujeitos do crime.....	137
22.5.	Tipo objetivo.....	137
22.6.	Tipo subjetivo.....	137
22.7.	Consumação e tentativa.....	137
22.8.	Classificação doutrinária	137
23.	Omissão quanto à entrega ao preso, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão e os nomes do condutor e das testemunhas.	138
23.1.	Direito intertemporal	138
23.2.	Noções gerais acerca do direito à entrega da nota de culpa	138
23.3.	Bem jurídico tutelado.....	141
23.4.	Sujeitos do crime.....	141
23.5.	Tipo objetivo.....	141
23.6.	Tipo subjetivo.....	141
23.7.	Consumação e tentativa.....	141
23.8.	Classificação doutrinária	141
24.	Prolongamento indevido de prisão, de medida de segurança ou de internação	142
24.1.	Direito intertemporal	142
24.2.	Bem jurídico tutelado.....	143
24.3.	Sujeitos do crime.....	143
24.4.	Tipo objetivo.....	143
24.5.	Tipo subjetivo.....	146
24.6.	Consumação e tentativa	146
24.7.	Classificação doutrinária	146
25.	Constrangimento de preso ou detento	147
25.1.	Direito intertemporal	147
25.2.	Noções gerais acerca do respeito à integridade moral do preso	147
25.3.	Bem jurídico tutelado.....	150
25.4.	Sujeitos do crime.....	150
25.5.	Tipo objetivo.....	151
25.6.	Tipo subjetivo.....	156

25.7.	Consumação e tentativa.....	156
25.8.	Classificação doutrinária.....	157
25.9.	Conflito aparente de normas.....	157
25.10.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	158
26.	Fotografia ou filmagem de preso sem o seu consentimento ou com autorização obtida mediante constrangimento ilegal.....	159
27.	Constrangimento a depor, sob ameaça de prisão, de pessoa que deva guardar segredo ou resguardar sigilo em razão de função, ministério, ofício ou profissão.....	160
27.1.	Direito intertemporal.....	160
27.2.	Noções gerais acerca das pessoas que são proibidas de depor em razão do dever de guardar segredo decorrente do exercício de função, ministério, ofício ou profissão.....	161
27.3.	Bem jurídico tutelado.....	164
27.4.	Sujeitos do crime.....	164
27.5.	Tipo objetivo.....	164
27.6.	Tipo subjetivo.....	165
27.7.	Consumação e tentativa.....	165
27.8.	Classificação doutrinária.....	165
27.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal e suspensão condicional do processo.....	166
28.	Prosseguimento de interrogatório de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio.....	166
28.1.	Rejeição do veto presidencial.....	166
28.2.	Direito intertemporal.....	167
28.3.	Noções gerais acerca do direito ao silêncio.....	167
28.4.	Bem jurídico tutelado.....	171
28.5.	Sujeitos do crime.....	171
28.6.	Tipo objetivo.....	171
28.7.	Tipo subjetivo.....	172
28.8.	Consumação e tentativa.....	172
28.9.	Classificação doutrinária.....	173
28.10.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	173

29. Prosseguimento de interrogatório de pessoa que tenha optado por ser assistida por advogado ou defensor público sem a presença de seu patrono	173
29.1. Rejeição do veto presidencial.....	173
29.2. Direito intertemporal	174
29.3. Noções gerais acerca da (des)necessidade de presença de defensor por ocasião do interrogatório policial (ou judicial).....	174
29.4. Bem jurídico tutelado.....	178
29.5. Sujeitos do crime.....	178
29.6. Tipo objetivo.....	178
29.7. Tipo subjetivo	178
29.8. Consumação e tentativa.....	178
29.9. Classificação doutrinária	178
29.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	178
30. Omissão de identificação ou identificação falsa ao preso.....	179
30.1. Rejeição do veto presidencial.....	179
30.2. Direito intertemporal	179
30.3. Bem jurídico tutelado.....	180
30.4. Sujeitos do crime.....	180
30.5. Tipo objetivo.....	180
30.6. Tipo subjetivo.....	183
30.7. Consumação e tentativa.....	183
30.8. Classificação doutrinária	183
30.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	183
31. Submissão de preso, internado ou apreendido ao uso de algemas fora das hipóteses legais	184
32. Submissão de preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno.....	185
32.1. Direito intertemporal	185
32.2. Noções gerais acerca do respeito à liberdade de autodeterminação do interrogando	185
32.3. Bem jurídico tutelado.....	188
32.4. Sujeitos do crime.....	188
32.5. Tipo objetivo.....	188

32.6.	Tipo subjetivo.....	191
32.7.	Consumação e tentativa.....	191
32.8.	Classificação doutrinária	191
32.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	191
33.	Impedimento ou retardamento do envio de pleito de preso à autoridade judiciária competente.....	192
33.1.	Direito intertemporal	192
33.2.	Bem jurídico tutelado.....	192
33.3.	Sujeitos do crime.....	193
33.4.	Tipo objetivo.....	193
33.5.	Tipo subjetivo.....	195
33.6.	Consumação e tentativa.....	196
33.7.	Classificação doutrinária	197
33.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	197
34.	Restrição, sem justa causa, da entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado.....	197
34.1.	Rejeição do veto presidencial.....	197
34.2.	Direito intertemporal	198
34.3.	Noções gerais acerca da ampla defesa e do direito à entrevista pessoal e reservada do acusado, ainda que preso, com seu defensor	198
34.4.	Bem jurídico tutelado.....	201
34.5.	Sujeitos do crime.....	201
34.6.	Tipo objetivo.....	202
34.7.	Tipo subjetivo.....	205
34.8.	Consumação e tentativa.....	206
34.9.	Classificação doutrinária	206
34.10.	Conflito aparente de normas	206
35.	Manutenção de presos de ambos os sexos na mesma cela ou espaço de confinamento.....	207
35.1.	Direito intertemporal	207
35.2.	Noções gerais acerca da necessidade de recolhimento de presos a estabelecimento próprio e adequado ao seu respectivo sexo..	207
35.3.	Bem jurídico tutelado.....	209

35.4.	Sujeitos do crime.....	209
35.5.	Tipo objetivo.....	210
35.6.	Tipo subjetivo.....	212
35.7.	Consumação e tentativa.....	213
35.8.	Classificação doutrinária	213
35.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	214
36.	Violação de domicílio em um contexto de abuso de autoridade	214
36.1.	Direito intertemporal	214
36.2.	Bem jurídico tutelado.....	215
36.3.	Sujeitos do crime.....	215
36.4.	Tipo objetivo.....	216
36.4.1.	Elementos normativos do tipo.....	217
36.4.2.	Objeto material.....	220
36.4.3.	Figuras assemelhadas.....	222
36.4.3.1.	Constrangimento de alguém a franquear-lhe o acesso a imóvel.....	222
36.4.3.2.	Execução de mandado de busca de forma ostensiva e desproporcional.....	223
36.4.3.3.	Cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar após as 21h (vinte e uma horas) ou antes das 5h (cinco horas).....	224
36.4.4.	Excludentes da ilicitude	228
36.5.	Tipo subjetivo	231
36.6.	Consumação e tentativa.....	232
36.7.	Classificação doutrinária	232
36.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	233
37.	Fraude processual especial em caso de abuso de autoridade	233
37.1.	Direito intertemporal	233
37.2.	Bem jurídico tutelado.....	234
37.3.	Sujeitos do crime.....	234
37.4.	Tipo objetivo.....	234
37.5.	Objeto material	235
37.6.	Tipo subjetivo.....	236
37.7.	Consumação e tentativa	236

37.8.	Classificação doutrinária	237
37.9.	Subsidiariedade tácita ou implícita	237
37.10.	Fraude processual e direito de não produzir prova contra si mesmo (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	238
37.11.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal	239
38.	Constrangimento de funcionário ou empregado de instituição hospitalar pública ou privada a admitir para tratamento pessoa morta.....	239
38.1.	Direito intertemporal	239
38.2.	Bem jurídico tutelado.....	240
38.3.	Sujeitos do crime.....	240
38.4.	Tipo objetivo.....	240
38.5.	Tipo subjetivo	242
38.6.	Consumação e tentativa	243
38.7.	Classificação doutrinária	243
38.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	244
39.	Obtenção de prova por meio manifestamente ilícito	244
39.1.	Direito intertemporal.....	244
39.2.	Noções gerais acerca da inadmissibilidade das provas obtidas por meios ilícitos.....	244
39.3.	Bem jurídico tutelado.....	246
39.4.	Sujeitos do crime.....	246
39.5.	Tipo objetivo.....	246
39.6.	Tipo subjetivo	255
39.7.	Consumação e tentativa	255
39.8.	Classificação doutrinária	255
39.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal	255
39.10.	Figura equiparada	255
39.11.	Conflito aparente de normas	256
40.	Flagrante preparado	257
41.	Requisição ou instauração de procedimento investigatório sem quaisquer indícios.....	258

41.1. Direito intertemporal	258
41.2. Noções gerais acerca do princípio da obrigatoriedade	258
41.3. Bem jurídico tutelado.....	259
41.4. Sujeitos do crime.....	259
41.5. Tipo objetivo.....	261
41.5.1. Causas excludentes da ilicitude.....	263
41.6. Tipo subjetivo	266
41.7. Consumação e tentativa.....	266
41.8. Classificação doutrinária	267
41.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedi- mento adequado, transação penal e suspensão condicional do processo.....	267
42. Divulgação de gravação sem relação com a prova que se pretenda produzir, expondo a intimidade ou a vida privada do investigado ou acusado.....	267
42.1. Direito intertemporal	267
42.2. Noções gerais acerca do segredo de justiça em torno de in- terceptações telefônicas (ou ambientais) e da necessidade de inutilização da gravação que não interessar ao processo	268
42.3. Bem jurídico tutelado.....	269
42.4. Sujeitos do crime.....	270
42.5. Tipo objetivo.....	270
42.6. Tipo subjetivo	272
42.7. Consumação e tentativa.....	273
42.8. Classificação doutrinária	273
42.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedi- mento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	273
43. Falsa informação sobre procedimento judicial, policial, fiscal ou administrativo	274
43.1. Direito intertemporal	274
43.2. Bem jurídico tutelado.....	274
43.3. Sujeitos do crime.....	274
43.4. Tipo objetivo.....	274
43.5. Tipo subjetivo.....	275
43.6. Consumação e tentativa.....	276
43.7. Classificação doutrinária	277

43.8.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	277
43.9.	Omissão de dado ou informação sobre fato juridicamente relevante e não sigiloso.....	277
44.	Deflagração de persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente	278
44.1.	Rejeição do veto presidencial.....	278
44.2.	Direito intertemporal	279
44.3.	Bem jurídico tutelado.....	279
44.4.	Sujeitos do crime.....	279
44.5.	Tipo objetivo.....	279
44.6.	Tipo subjetivo.....	282
44.7.	Consumação e tentativa.....	283
44.8.	Classificação doutrinária	283
44.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	283
45.	Procrastinação injustificada de investigação em prejuízo do investigado.....	284
45.1.	Direito intertemporal.....	284
45.2.	Noções gerais acerca da aplicação da garantia da razoável duração do processo à fase investigatória da persecução penal....	284
45.3.	Bem jurídico tutelado.....	288
45.4.	Sujeitos do crime.....	288
45.5.	Tipo objetivo.....	289
45.6.	Tipo subjetivo.....	290
45.7.	Consumação e tentativa.....	291
45.8.	Classificação doutrinária	291
45.9.	Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	291
46.	Negativa de acesso aos autos de procedimento investigatório e de extração de cópias de documentos	292
46.1.	Rejeição do veto presidencial pelo Congresso Nacional	292
46.2.	■Direito intertemporal	292
46.3.	Noções gerais acerca do direito do investigado e de seu defensor de ter acesso dos autos de procedimentos investigatórios	293

46.4. Bem jurídico tutelado.....	295
46.5. Sujeitos do crime.....	295
46.6. Tipo objetivo.....	296
46.7. Tipo subjetivo.....	297
46.8. Consumação e tentativa.....	297
46.9. Classificação doutrinária	298
46.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	298
47. Exigência de informação ou do cumprimento de obrigação sem expresso amparo legal.....	298
47.1. Direito intertemporal	298
47.2. Noções gerais acerca do princípio da legalidade	299
47.3. Bem jurídico tutelado.....	299
47.4. Sujeitos do crime.....	300
47.5. Tipo objetivo.....	300
47.6. Tipo subjetivo.....	301
47.7. Consumação e tentativa.....	301
47.8. Classificação doutrinária	301
48. Utilização do cargo ou função pública ou invocação da condição de agente público para se eximir de obrigação legal ou para obter vantagem ou privilégio indevido	302
48.1. Direito intertemporal	302
48.2. Bem jurídico tutelado.....	302
48.3. Sujeitos do crime.....	302
48.4. Tipo objetivo.....	302
48.5. Tipo subjetivo.....	304
48.6. Consumação e tentativa.....	304
48.7. Classificação doutrinária	305
48.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	305
48.9. Conflito aparente de normas	305
49. Omissão de correção de erro relevante que sabe existir em processo ou procedimento	306
50. Atentado à liberdade de associação.....	307

51. Decretação da indisponibilidade de ativos financeiros em quantia que extrapola exacerbadamente o valor estimado para a satisfação da dívida e subsequente negativa de correção do excesso	308
51.1. Direito intertemporal	308
51.2. Noções gerais acerca da execução e do princípio da menor onerosidade.....	308
51.3. Bem jurídico tutelado.....	310
51.4. Sujeitos do crime.....	310
51.5. Tipo objetivo.....	310
51.6. Tipo subjetivo.....	313
51.7. Consumação e tentativa.....	313
51.8. Classificação doutrinária	314
51.9. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	314
52. Demora demasiada e injustificada no exame de processo de que tenha requerido vista em órgão colegiado	315
52.1. Direito intertemporal.....	315
52.2. Bem jurídico tutelado.....	315
52.3. Sujeitos do crime.....	315
52.4. Tipo objetivo.....	317
52.5. Tipo subjetivo.....	318
52.6. Consumação e tentativa.....	318
52.7. Classificação doutrinária	318
52.8. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	319
53. Antecipação de atribuição de culpa por meio de comunicação, inclusive rede social, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação	319
53.1. Rejeição do veto presidencial.....	319
53.2. Direito intertemporal	320
53.3. Noções gerais acerca do respeito à integridade moral do preso e à regra de tratamento (dimensão externa) decorrente do princípio da presunção de inocência.....	320
53.4. Bem jurídico tutelado.....	324
53.5. Sujeitos do crime.....	325
53.6. Tipo objetivo.....	325

53.7. Tipo subjetivo.....	327
53.8. Consumação e tentativa.....	327
53.9. Classificação doutrinária	328
53.10. Ação penal, pena, competência para o julgamento, procedimento adequado, transação penal, suspensão condicional do processo e acordo de não persecução penal.....	328
54. Aplicação do Código Penal e do Código de Processo Penal ao processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade	328
54.1. (Des) necessidade de observância do procedimento dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos arts. 513 a 518 do CPP – para os crimes de abuso de autoridade previstos na Lei n. 13.869/19.....	329
55. Aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais ao processo e julgamento dos crimes de abuso de autoridade	337
56. Nova redação do art. 2º da Lei da Prisão Temporária	339
57. Nova redação do art. 10 da Lei n. 9.296/96	341
57.1. Realização de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, sem autorização judicial.....	343
57.2. Realização de interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, com objetivos não autorizados em lei	343
57.3. Promoção de escuta ambiental sem autorização judicial	344
57.4. Promoção de escuta ambiental com objetivos não autorizados em lei	349
57.5. Quebra de segredo de justiça	349
57.6. Determinação das condutas previstas no art. 10, caput, da Lei n. 9.296/96 pela autoridade judiciária com objetivo não autorizado em lei	350
58. Efeito extrapenal específico de perda do cargo, função ou mandato eletivo para os crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente praticados por servidores públicos com abuso de autoridade .	351
59. Violação de direitos e prerrogativas do advogado	353
60. Revogação da Lei n. 4.898/65, do § 2º do art. 150 e do art. 350, ambos do Código Penal.....	360
61. Vigência da Lei 13.869/19	362
BIBLI●GRAFIA	365